



Considerações epistemológicas sobre a semiótica greimasiana

Adail Sobral* **

Resumo: Este trabalho pretende fazer uma breve análise epistemológica do “projeto científico” de Greimas a partir do percurso que vai de sua “aparência” à sua “imanência”, ou seja, ao *modus operandi* de sua semiótica, com o objetivo último de verificar a produtividade da alternativa greimasiana de apreensão dos processos de produção de sentido. Com esse fim, descreve de que maneira Greimas articulou os dois pilares de suas teorias, uma teoria linguística que tem em Hjelmslev uma de suas bases e uma teoria filosófica que se baseia numa leitura específica da fenomenologia de Husserl por meio da reinterpretação que esta recebe de Merleau-Ponty. A partir da definição do método científico da semiótica greimasiana e da exploração das relações entre Hjelmslev e a fenomenologia husserliana, examina algumas relações específicas entre Hjelmslev e Husserl estabelecidas por Greimas, chegando assim às bases da proposição da semiótica greimasiana mediante a consideração de seu discurso fundador e de outras obras que lhe serviram de apoio no desenvolvimento de sua teoria. Por fim, explicita alguns outros momentos relevantes do percurso de Greimas, a fim de demonstrar que certas alterações por que passou seu projeto não alteraram a “fidelidade” aos princípios primeiros e, retomando os vários elementos arrolados, fazer uma avaliação da semiótica greimasiana de uma perspectiva discursiva.

Palavras-chave: epistemologia, fenomenologia, Hjelmslev

Introdução

Os homens se compreendem não porque façam uso de signos indicativos de objetos, [...] mas porque eles tocam a mesma corda do seu instrumento espiritual, o que desencadeia em cada um dos interlocutores conceitos que se correspondem sem ser exatamente os mesmos.

(Humboldt)

A verdade é objeto de comunicação.

(Greimas)

As epígrafes acima, de Humboldt e Greimas, resumem bem, de um lado, o paradoxo da linguagem e do discurso enquanto fenômenos do mundo humano, e, do outro, a dificuldade inerente à tarefa de considerar a semiótica do ponto de vista epistemológico e, ao mesmo tempo, a enorme tentação de fazê-lo. Essa tentação advém do fato de a semiótica – por sua própria

natureza de projeto com (rigorosa) vocação científica, em constante fazer-se – envolver em seu desenvolvimento um agir essencialmente epistemológico, o que não a impediu nem impede de ser metodologicamente produtiva.

Os elementos da afirmação de Humboldt indicam ser necessário identificar, em meio aos “signos” que não indicam objetos, conceitos que, embora não sejam os mesmos para todos os interlocutores, se correspondam. Em outras palavras, se não há ligação entre signo e referente, nem uma identidade estável de cada conceito com sua própria significação, a “corda” do espírito de cada vivente, ao ser tocada, percebe os “signos” de acordo com as distintas impressões desencadeadas! Logo, formar-se-iam diferentes verdades nos espíritos, verdades que poderiam então se fazer presentes numa relação de comunicação entre sujeitos. Nos termos da frase de Humboldt, tudo dependeria, por conseguinte, da ação humana de tocar “a mesma corda”. O próprio objeto natural, nesse sentido, só

* Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)/GES-USP. Endereço para correspondência: (adails@terra.com.br).

** Não posso me furtar a agradecer a leitura atenta que fizeram deste artigo os pareceristas anônimos e os editores da *Estudos Semióticos*.

viria à existência como resultado desse contato “musical” de espíritos. Logo, dado o caráter do seu objeto, um exame da semiótica do ponto de vista epistemológico buscaria um elemento talvez inapreensível (e ao menos de apreensão complexa) e que teria de ser, ele mesmo, não naturalmente extra-semiótico mas tanto meta-semiótico como intra-semiótico, refletindo assim esse seu objeto tão amplo e de tão avantajado alcance.

Ora, no dizer de Zilberberg, a semiótica, que tem por objeto “a variedade dos discursos e por objetivo, longínquo, é verdade, a tipologia dos discursos, comporta uma dimensão reflexiva mais vigorosa e incisiva do que comportam ou suspeitam as outras disciplinas” (1997, p. 121). Quer dizer, tal como os sistemas semióticos que constituem o seu objeto, a semiótica é um sistema de produção de sentidos. E os conceitos a serem identificados são, no empreendimento da análise epistemológica da disciplina, os que fazem parte do método de descrição do objeto que a semiótica constrói desse modo para si. Seria então imperativo, no exame epistemológico da semiótica, fazer uma descrição epistemológico-semiótica? O elemento complicador dessa tarefa nos é indicado, ainda uma vez, por Zilberberg: a semiótica, ao pensar-se a si mesma, deve “implicar-se e aplicar-se a si mesma, por ser um discurso” (1997, p. 121).

Em outros termos, pensar epistemologicamente a semiótica é pensar tanto o (meta)discurso da semiótica, aquele que ela aplica ao seu objeto, como o discurso que é a semiótica, ou seja, a semiótica *qua* discurso. Merece destaque o fato de a semiótica buscar apreender o sentido, ou melhor, a significação como processo de produção do sentido, em sua articulação, no interior do texto, sem recorrer, por exemplo, a elementos da ordem do histórico que não se encontram semiotizados, ou do psico-cognitivo entendido como instância autônoma. Ela vê, portanto, o texto como uma totalidade de significação, como um universo relativamente autônomo que instaura “um mundo de representações” que “se abre a partir da primeira [frase] e se fecha depois da última” – princípio que a torna inteiramente oposta a toda teoria das linguagens que veja a “realidade”, não como aquilo que o texto cria a partir do “mundo dado” mas como algo exterior (e destacamos “exterior”) a que ele remete. Essa característica é algo que, se mantém diferenças metodológicas e operacionais, nem por isso deixa de mostrar-se compatível com a abordagem bakhtiniana, entendida muitas vezes – a meu ver, erroneamente – como teoria que só vê no texto o contexto ou apenas o social em detrimento do pessoal, do mesmo modo como também se entende erroneamente a semiótica greimasiana como teoria do texto, como “artefato” e como metodologia de análise que privilegia o formal, o imanente, em detrimento da especificidade dos objetos de que se ocupa, e que apaga o social em favor da “imanência” das relações

textuais, algo de que me tenho ocupado nos últimos anos.

Nesse sentido, cabe insistir que a semiótica de Greimas trata do “extradiscursivo” de duas maneiras: de um lado, como sendo ele mesmo um texto, entendido como “prática”, naturalmente não dissociado das práticas humanas, e, do outro, como o efeito de sentido de “extradiscursividade” gerado no próprio texto e, portanto, tornado real por ele mesmo. Isso naturalmente não quer dizer, como o alerta Bertrand (1984, p. 7), que ela negue “a importância das determinações”, mas que “restringe seu objeto à articulação das formas da significação”, recusando-se assim a ser uma “sociologia envergonhada” (termo meu), isto é, uma forma de retirar das formas de significação sua característica não de representação, mas de criação simbólica da realidade. Em suma, é a partir da imanência do texto, dos procedimentos mediante os quais o texto faz o sentido vir à existência, que a semiótica busca localizar essas determinações, e não em algum “exterior” isomorficamente identificado com os conteúdos do texto, nem em alguma realidade ontológica – ainda que a realidade ontológica possa igualmente ser tomada, como dissemos, como um texto em si, passível, portanto, de uma análise semiótica. A estrutura do texto convoca e autoriza a presença do não-textual como parte constitutiva daquele.

Tudo isso serve, mais do que para iniciar uma discussão epistemológica profunda da semiótica, para delimitar as necessidades e o alcance, bem como para apontar os problemas e os limites, de uma modesta tentativa de identificação (a partir de uns poucos textos que, se bem sejam representativos, não servem à pretensão de abarcar tudo o que há de relevante) de pontos de convergência entre os princípios científicos de descrição semiótica apresentados por Hjelmslev e as propostas essenciais da semiótica greimasiana, o que requer a passagem pelas relações da linguística hjelmsleviana, e da semiótica greimasiana, com as principais bases do método fenomenológico, nos termos de Husserl, mas em sua vertente merleau-pontyiana. Esse percurso, aparentemente amplo, se justifica por ser esta uma tentativa de análise *epistemológica*, ou seja, não dos princípios ou métodos dessas teorias, mas precisamente de seu modo de construção desses princípios e métodos.

Bertrand, tratando da introdução da formulação homogênea e abstrata da narrativa em termos de “enunciados e programas”, se refere aos grandes componentes do modelo – a manipulação, a ação e a sanção – e faz uma afirmação vital: esses elementos são precisamente os lugares em que se efetua a fusão, característica do empreendimento semiótico, entre as fontes antropológicas – de que advêm os modelos ideológicos de representação do sentido – e as fontes linguísticas – que permitem a formalização das restrições

semântico-sintáticas das línguas naturais” (Bertrand, 1984, p. 14).

Isso evidencia a forma como a semiótica, operando no campo da imanência do discurso enquanto universo relativamente autônomo de sentido, busca aí os efeitos de sentido que têm as diversas determinações – sociais, históricas, antropológicas etc. – na estrutura do discurso. Em outras palavras, a problemática da relação entre texto e contexto, entre imanência e condições materiais de vir-a-ser do texto, é tratada na semiótica de modo tal que, em vez de isomorfismos contextos-textos, tem-se a imanência, ou, por assim dizer, o intradiscursivo, como espaço privilegiado de instauração das modulações que o sentido assume a partir desse contexto.

1. A semiótica entre a linguística e a filosofia

Toda aplicação de teorias deve articular explicitamente seus compromissos teórico-metodológicos, ou seja, tem o dever de explicar o percurso analítico que pretende fazer para levar das “impressões intuitivas” que tem diante dos fenômenos à constituição de um “texto-objeto” para os fins de um tratamento semiótico. As considerações de Hjelmslev, em *Nouveaux essais* (1985, 71-72), evocam as questões a seguir, que julgamos aplicáveis tanto a uma leitura “hjelsleviana” de textos de Greimas como ao exame do processo greimasiano de leitura das formulações de Hjelmslev. Com esse objetivo, vamos recorrer a algumas entrevistas de Greimas acerca de suas proposições. Vêm, pois, ao espírito, as seguintes questões: como respeitar o princípio da *simplicidade* em meio às tantas interrelações diferentes que os textos-ocorrência podem exibir, exigindo da teoria e, mais do que isso, da metodologia, instrumentos sempre novos de apreensão do sentido? Como respeitar os imperativos da *coerência* e da *exaustividade* na descrição do objeto, ainda que, seguindo Hjelmslev, demos primazia à coerência? Como conciliar exaustividade e simplicidade, mesmo dando destaque àquela, de acordo com a proposta hjelsleviana?

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta que, ao ver de Hjelmslev, as apreensões que se têm da realidade, assim como os conceitos com que se trabalha, não são indicativos de objetos do mundo natural, condição que os tornaria idênticos àquilo que descrevem, e portanto, infensos a uma análise científica; os objetos construídos pela ciência empírica são, *a contrario*, descritos em termos de correspondência e não de identidade. Convenciona-se que cada um deles toque esta ou aquela corda, mas de modo algum se pensa serem eles indicativos de objetos concretos. Os fenômenos do mundo são entidades empíricas, ou seja, existem sem a interferência do sujeito. Mas a este cabe constituir-los

em objetos de estudo. Essa constituição de fenômenos em objetos se funda num mínimo de noções indefiníveis e nos princípios (i) de *exaustividade* – buscar abarcar o maior número possível de elementos relevantes do objeto “em construção”, (ii) de *não-contradição* – instaurar e manter a coerência interna da descrição; e de *simplicidade* – (iii) buscar sempre descrever o máximo de elementos do objeto mediante o mínimo de conceitos.

Em consequência, a descrição científica tem como condição de possibilidade e de validação, nessas proposições hjelslevianas, o aparente afastamento do concreto (inapreensível diretamente) e o favorecimento do fenomênico, visto que não comporta nem a realidade nem o mundo dado enquanto elementos não-mediados. Seus conceitos distanciam-se reconhecidamente dos objetos do mundo natural; se de certo modo correspondem a objetos que eles mesmos instauram ao formular, não são, enquanto parte da linguagem de descrição do objeto, da “metalingua(gem)”, idênticos a esses objetos. Para prevenir a ocorrência disso, o ponto de vista do analista deve ter, no processo de construção do objeto, o cuidado de: (1) não se pretender a representação de um objeto e de uma experiência concretos, evitando cair numa falácia concretista; (2) não descrever o objeto e a experiência que tem diante de si atribuindo-lhes qualidades advindas da subjetividade do observador ou impostas pelo método, evitando cair numa falácia subjetivista; (3) levar em conta a natureza desse objeto e de sua experiência, bem como as relações intrínsecas entre seus elementos, e construí-lo em termos empíricos, isto é, adequados à sua natureza.

A ciência a que se refere Hjelmslev define-se, em consequência, pela busca da adequação do método ao objeto a ser descrito. A ciência ocupa, ou melhor, cria para si, um espaço no qual, levando em conta tanto o concreto como o subjetivo, constrói seu objeto ao tornar sua descrição adequada a ele, segundo padrões rigorosos e, o que é deveras relevante, explícitos. E o que é para Hjelmslev um método adequado e, como decorrência, empírico? É, a meu ver, aquele que produza o resultado exaustivo e coerente dotado de maior simplicidade. Tudo isso evoca a questão da apreensão do mundo nos termos da fenomenologia, principalmente husserliana, de que damos a seguir breve notícia. Antes de tratar dos princípios fenomenológicos segundo Husserl, devemos alertar para o fato de a perspectiva greimasiana pender, reconhecidamente, na direção dos escritos de Merleau-Ponty – que dá uma nova inflexão às proposições husserlianas sem, naturalmente, refutá-las. Julgamos contudo oportuno, sem entrar em especificidades, identificar aspectos de união entre a semiótica greimasiana, a linguística hjelsleviana e a fenomenologia, fazer uma descrição da proposta de Husserl.

A fenomenologia descreve os objetos em sua mani-

festação espaço-temporal, empírica, afastando-se da experiência comum ao levar em conta as “essências” dos objetos, alvo desse contato direto com o fenômeno, que é abordado tal como se presentifica ao observador. Para a fenomenologia (que contraria a visão comum, que toma o mundo como um existente, e o aceita como tal), a realidade natural, concreta, não se apresenta imediatamente. Nesse sentido, a oposição entre “redução fenomenológica” – *epoché* – e “experiência comum” supera inclusive a distinção entre “real” e “ilusório”, que ainda se encontra no domínio da “experiência comum” ao supor que o “real”, ao contrário do “ilusório”, seja diretamente apreensível, servindo apenas de base à superação da percepção pelo conhecimento científico, sem por isso alcançar o plano fenomenológico.

Husserl propõe que se excluam todos os elementos do conteúdo da consciência que se refiram ao sujeito definido psicologicamente e à existência individual (o particular), destacando que as coisas postas “entre parênteses” são reencontradas em outro momento na consciência. Esta lida, desse modo, com um objeto que não é apenas um puro estado interior seu (o que evita uma falácia subjetivista), mas algo que a ela se presentifica, algo cuja presença ela reconhece (o que evita uma falácia objetivista). A descrição fenomenológica tem como princípio fundamental da adequada apreensão do mundo eidético a exclusão de todo hábito e dado de fato, a visão da “essência” do objeto que se apresenta à consciência como um elemento universal. Distinguindo-se da individualidade e da contingência das coisas, essa essência é concreta e autônoma e seu reconhecimento como tal é a base da sua intuição (no sentido de percepção) imediata (o sensível) e da construção, por meio dela, de uma ciência exata, universal, (o inteligível) aplicável a todos os aspectos da realidade. No tocante à linguagem, Husserl fala de uma eidética capaz de descrever as “formas de significação”, que são os constituintes indispensáveis de toda língua. Essas considerações são aqui tematizadas porque se aproximam, de um lado, da concepção de ciência de Hjelmslev e, do outro, da proposição da semiótica greimasiana como uma teoria geral da significação.

Para Husserl (1981), a tarefa da fenomenologia é investigar como algo se apresenta como tal, que Husserl entende como verificar de que modo esse algo se apresenta como tal *a partir* do ato de atribuição de sentido, que o dota de características passíveis de permitir a lembrança, a fantasia, a representação pictórica etc. Nesses termos, assim como Hjelmslev e Greimas, Husserl postula que um objeto só vem a existir quando construído como tal, ou seja, não são os fatos dados nem os eventos do mundo que essas perspectivas buscam, mas a construção desses fatos e eventos como objetos da ciência.

2. Greimas lê Hjelmslev

Numa aparente simplificação, mas seguindo uma linha cuja exploração ampla e profunda pode vir a constituir uma enorme ampliação do escopo do exame epistemológico feito aqui, pergunto, correndo de novo o risco da ingenuidade: como identificar, nos textos de Greimas considerados, o emprego dos princípios de Hjelmslev em termos da descrição científica? Ou seja, que marcas intertextuais (melhor dizendo, interepistemológicas) advindas de Hjelmslev é possível apreender nos textos/nas propostas de Greimas que vamos considerar? Essas interrogações, nas várias formas que podem assumir, constituem o fio condutor destas minhas considerações preliminares. Sendo-lhes impossível a exaustividade, buscarão elas respeitar “exaustivamente” os dois outros pontos principais do que constitui, por assim dizer, o método hjelmsleviano: a não-contradição e a simplicidade, tendo sempre por horizonte a adequação ao objeto. Nesse sentido, pretendo destacar os principais pontos das formulações de Hjelmslev, tal como apresentados em *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem* (1975) e em “Entretien sur la théorie du langage” (*Idem*, 1985, p. 69-89), levando ainda em conta as considerações que o autor faz em “La stratification du langage” (*Idem*, 1971, p. 44-76).

Vê-se que as propostas de Hjelmslev apresentam o princípio da imanência como uma maneira de demarcar o escopo teórico de aplicação de um determinado aparato formal. Concentrando-se no plano do conteúdo, o autor considera totalmente desnecessárias as categorias semânticas não-imanentes na definição deste. Esse aspecto se traduz como um “pôr entre parênteses”, na descrição linguística, dos vários elementos avessos à formalização. Por conseguinte, haveria em Hjelmslev uma redução fenomenológica dos componentes da linguagem, entendidos como grandezas que fazem parte de inventários ilimitados, redução que faz deles grandezas incluídas em inventários limitados, quer dizer, inventários compostos a partir da aplicação do máximo de restrições possível aos inventários ilimitados, a fim de determinar os elementos essenciais que possibilitam o processo de geração de grandezas de inventários ilimitados. Hjelmslev considera assim, de um lado, a materialidade do plano da “hierarquia relacional”, o processo, plano das variações, dos inventários ilimitados, no qual se combinam de novas maneiras, ilimitadas, os elementos constantes da linguagem e, do outro, a presença do plano da “hierarquia correlacional”, o sistema, plano dos inventários limitados de que advêm os elementos constantes da linguagem, das constantes, e que permite a descrição do processo. Temos aqui o eixo fundamental da proposta hjelmsleviana de uma ciência da linguagem; em suas palavras, “verificar a tese da existência de um sistema subjacente ao processo, e a tese de uma constância

que subentende as flutuações” (Hjelmslev, 1985, p. 9). Com vistas a esses objetivos, ele postula que a todo processo corresponde um sistema que permite a análise e a descrição desse processo a partir de um número restrito de premissas. Referindo-se ao caráter gerativo e criativo da semiose, ele julga possível considerar todo processo como um fenômeno constituído por um número limitado de elementos que se fazem frequentemente presentes em novas combinações, essas sim ilimitadas.

Por outro lado, num salto epistemológico que revela a amplitude de sua proposta ao eliminar eventuais confusões entre a linguagem-objeto e a linguagem da descrição, afirma ser a teoria a um só tempo processo e sistema. Ele a define como um agir empírico que nada adiciona à estrutura semiótica que descreve e cuja hierarquia de definições é tanto processual, no tocante à seleção de variáveis a considerar, como sistemática, no tocante à especificação das constantes, ou seja, abarca o que há de comum a seus objetos e o que faz de cada um deles um objeto específico. Propõe, no domínio das ciências do homem, e da ciência linguística em particular, o “impensável”: de um lado, considera irrelevantes para fins de descrição científica todos os elementos que não possam ser analisáveis em termos de forma (em oposição à substância) e, mais do que isso, dispõe-se a empregar grandezas não-nomeadas como elementos de uma teoria algébrica dos sistemas semióticos.

A bem dizer, ele julga que, devido à recusa da sistematização científica – em nome do caráter pretensamente “único e irrepetível”, de “reflexo da alma humana” dos fenômenos estudados pelas ciências humanas, e em especial a da linguagem –, a linguística de cunho filológico “permaneceu imprecisa e subjetiva, submetida pela estética e pela metafísica”, quando não reduzida à feitura de uma “descrição anedótica” (Hjelmslev, 1985, p. 9). Logo, as possíveis objeções à sua proposta que se baseiem nessa atitude não têm nenhuma relevância, visto advirem de pontos de vista “metafísicos” ou, seja como for, não-científicos e, mais do que isso, contrários (em termos até mesmo ideológicos) a um tratamento científico dos objetos das ciências humanas.

Por outro lado, Hjelmslev pode ainda ser alvo de críticas a partir de argumentos fundados na questão da “criatividade” linguística (semiótica) e na concepção de acordo com a qual sistematizar o estudo da linguagem seria reduzir seu objeto a regras formais de análise ou de combinação, tirando da linguagem a sua “vida”. Nesse caso, deve-se levar em conta que Hjelmslev defende a necessidade de sistematização do estudo da linguagem a partir do conceito de *relação*, apresentado como elemento definidor do processo (plano da seleção) a ser explicado pelo sistema (plano da especificação). Ele postula que os elementos a se-

rem considerados componentes do seu objeto são em número limitado, mas não aplica, nem poderia aplicar, essa mesma restrição às combinações (ou relações) entre esses elementos. Assim, refuta acusações de não consideração da criatividade linguística ao propor, pelo contrário, como objetivo de sua teoria identificar, descrever, *a constância sob a flutuação*, o sistema que subjaz ao processo, precisamente para dar conta do caráter gerativo da semiose. Suas propostas reconhecem, por conseguinte, o fato de a linguagem poder exprimir uma multiplicidade de sentidos a partir de um número restrito de elementos que podem combinar-se entre si. Para ele, a linguagem, beneficiando-se de um estudo que busca a formalização, não se vê tolhida pela camisa de força de um formalismo da teoria que a descreve, não havendo portanto redução do objeto a regras formais nem destruição das suas possibilidades expressivas e “criativas”.

Logo, o objetivo de sua teoria linguística é identificar o sistema subjacente a todo processo e a constância subjacente às flutuações, nela subentendidas, para assim determinar a natureza do seu objeto. Vemos aqui presentes o relacionamento entre processo e sistema; o pressuposto do número restrito de elementos (constância) que subentende um número indefinido de combinações (flutuações) nos sistemas semióticos; e, o que tem extrema relevância, a exigência de que a descrição seja adequada ao objeto, de que parta deste: só assim poderá ela chegar a um “ponto de vista” capaz de determinar esse objeto nos termos por ele mesmo “presentificados”. Como a experiência “em si” não pode entrar na ordem de consideração da teoria, não pode esta determinar se terá ou não alguma aplicação (ou seja, ela faz abstração de suas eventuais aplicações). A teoria formula suas premissas e calcula a partir delas as possibilidades resultantes – que devem ter o maior grau possível de generalidade para abarcar uma parcela ponderável de dados da experiência. Assim, a teoria pretende oferecer um método para o reconhecimento ou compreensão de um dado objeto. Em seu empenho por consegui-lo, ela é, de um lado, arbitrária, visto que realiza um cálculo a partir das premissas que propõe e, do outro, empírica, por ser, assim agindo, adequada ao seu objeto.

3. Bases da semiótica greimasiana

A semiótica greimasiana recebeu de Barros (1988) uma percuciente descrição que é aqui considerada. Para a autora, o “projeto científico” de Greimas tem como características: (1) a elaboração de métodos e técnicas adequados de análise interna, fazendo o percurso que vai do texto ao sujeito; (2) a proposição de uma análise

imane: buscar as leis que regem o discurso por sob a máscara que é o objeto textual; (3) focar o trabalho de construção do sentido, da imanência à aparência, como um percurso gerativo “que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, e em que cada nível de profundidade é passível de descrições autônomas” [ponto vinculado com a questão dos níveis de pertinência] (Barros, 1988, p. 13); (4) entender o percurso gerativo como percurso do conteúdo, “independentemente da manifestação, linguística ou não, e anterior a ela”, ecos da importante descrição da percepção como “o lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação” (Greimas, 1973, p. 15).

Essa é, que nos seja permitida a licença, a “aparência” do empreendimento greimasiano. Cabe-nos agora, à luz dela, examinar sua “imanência” e, quem sabe, dar algumas indicações sobre o percurso que leva de uma à outra. Diante da tarefa de descrição da natureza, da gênese e do engendramento do sentido, Greimas começa pela recusa – típica dele, como o demonstrou Fiorin (1995, p. 17-42), ao abordar o “discurso fundador”, *Semântica estrutural* – da postura então vigente na ciência da linguagem: o reconhecimento da existência do sentido ao lado da afirmação de que nada se pode dizer a seu respeito. Ele avalia (hjelmslevianamente, antecipemos) que o caminho a seguir na abordagem do sentido começa pela determinação da natureza de que se deve dotar a descrição; tendo isso em vista, ele considera que esta tem necessariamente, diante da complexidade do objeto, um caráter arbitrário, mas que, ao mesmo tempo, tem garantida sua coerência interna pelos “procedimentos de controle” incidentes sobre o seu agir. Embora não retirem de vez o caráter arbitrário da teoria, já que apenas estabelecem uma correlação de controle entre dois planos independentes da linguagem (dos sistemas semióticos), sem nada dizer sobre o sentido, esses procedimentos de controle promovem a instauração da coerência interna, que, diz Greimas, “como se sabe, continua a ser um dos raros critérios de verdade que o homem imaginou” (1970, p. 9).

Por outro lado, ainda em *Semântica estrutural*, Greimas diz: “afirmar que as significações do mundo humano se situam no nível da percepção consiste em definir a exploração do mundo do senso comum, ou, como se diz, do mundo sensível. A semântica é reconhecida assim abertamente como uma tentativa de descrição do mundo das qualidades sensíveis” (Greimas, 1973, p. 15) – das “qualidades sensíveis” e não de objetos subsistentes *per se*, nem do mundo natural tomado como um “existente” pelo senso comum e pelas ciências da natureza. Porque perceber, como preconizou Husserl, é já valorar, é atividade de um sujeito que vive, não num mundo natural, mas “num mundo significativo” (Greimas, 1970, p. 10). Logo, perceber não é entrar em contato direto com o mundo natural,

mas construir objetos a partir de fenômenos com base num dado ponto de vista vinculado com as conotações socialmente aceitas. Vemos aqui um relevante traço da “fenomenologia da percepção” greimasiana, índice de sua concepção do sentido como componente essencial da vida humana, algo que “é posto, que se impõe como uma evidência, como um ‘sentimento de compreender’ todo natural” (Greimas, 1970, p. 12).

Esses elementos revelam ter ele, desde o início, articulado teórica e praticamente o nível do “sensível” (da percepção do objeto) com o nível do “inteligível” (da descrição dessa percepção). Logo, já nas primeiras considerações greimasianas, fica patente a vocação epistemológica, ou a necessidade de parâmetros epistemológicos de formulação de sua teoria semiótica, como o comprova a afirmação: “É necessário, para atender às reais necessidades da semiótica, dispor de um mínimo de conceitos epistemológicos explícitos que permitam ao semioticista avaliar [...] a adequação de modelos que lhe são propostos ou que ele constrói para si. O semioticista precisa de um controle epistemológico do seu método” (Greimas, 1970, p. 12).

Greimas considera o sentido uma presença concreta e ao mesmo tempo fantasmática, um espectro fugidio que, não obstante, nos faz sentir seus efeitos. O sentido é um fenômeno cuja ausência é impossível, porque deixa toda atividade humana, que sempre o tem por horizonte, prenhe de marcas indeléveis de sua passagem, ou melhor, de sua permanência dinâmica, mas que ao mesmo tempo nunca se faz presente por inteiro à apreensão, sensível ou inteligível. A dificuldade de descrição do sentido levou Greimas a perguntar, numa das reflexões que faz em *Du sens* (1970, p. 7), se não seria necessário, para falar deste, criar uma linguagem – desde já metalinguagem – desprovida de sentido, dado que isso criaria uma “distância objetivante” entre o sentido e o discurso sobre o sentido. Explorando a questão da construção dessa metalinguagem desprovida de sentido, ele pondera que, se assim se fizesse, as unidades do objeto descrito – ou melhor, as relações entre essas unidades – ainda assim iriam, por meio dessa linguagem artificial, “neutra”, gerar sentido (ou reintroduzi-lo pela porta dos fundos da teoria “perfeita” assim gerada), pois as palavras, assim privadas de sentido, simplesmente o transmitem às relações, que, por sua vez, continuam a significar (Greimas, *op. cit.*, p. 8), se bem que de outra maneira.

Logo, o sentido se configura como uma insistência, dir-se-ia intrínseca, à semiose, o que se assemelha à insistência do inconsciente em fazer irromper seus “sentidos” na consciência – e, nos dois casos, sem que nos seja dada imediatamente a chave da decodificação (melhor dizendo, de alguma de suas decodificações possíveis). Essa insistência se faz presente de tal modo que, num dado momento, recebe de Greimas a seguinte formulação: “Que se situe o sentido justo atrás

das palavras, antes ou depois das palavras, a questão do sentido permanece inteira” (Greimas, 1970, p. 8). Greimas remete aqui as dificuldades do fazer semiótico também à prática de análise dos mecanismos de produção de sentido e à determinação da natureza do objeto que pretende descrever, não se restringindo à questão da construção formal da teoria – que de resto poderia, como ele mesmo admite, não ser mais do que uma maneira de usar uma “terminologia conceitual” para “congelar todo dinamismo de intenção” (Greimas, *op. cit.*, p. 8). Diante disso, ele afirma que uma teoria do sentido teria de inscrever, para instaurar-se, de um lado, modelos formais construídos de acordo com a estrutura semântica preexistente e, do outro, uma meta-teoria epistemológica que permita avaliar a adequação desses modelos ao objeto.

Parece haver aí, em chave greimasiana, sonoros ecos do empreendimento teórico hjelmsleviano, proposições que se voltam para a tarefa concreta de construção de uma teoria adequada ao objeto mais do que para as características formais desta, ênfase que, em Hjelmslev, podemos ter a impressão de estar invertida. Julgamos possível entender essa aparente diferença entre Hjelmslev e Greimas como uma questão de momentos teóricos; não estaria envolvida aí uma eventual oposição, e nem mesmo uma descontinuidade entre as concepções, mas antes uma ampliação de horizontes, na obra de Greimas, a partir das novas exigências de vários outros momentos que não existiram para Hjelmslev.

Hjelmslev deixa de lado, por razões metodológicas, os elementos intervenientes de distintos planos que poderiam perturbar e mesmo impossibilitar a simplicidade, a exaustividade e a ausência de contradição e, portanto, o aspecto adequado da teoria. O momento hjelmsleviano é o de opor-se às formulações de outros teóricos da linguagem de sua época a fim de introduzir o rigor científico na descrição da forma em ciências humanas, na teoria da linguagem em especial. O momento greimasiano é o de resgatar o sentido (lançado fora como presença admitida mas sempre evitada, como um parente desagradável, por teóricos contemporâneos seus), resgate que ele leva a efeito ao lhe conferir um novo estatuto a partir da proposição de outro percurso no processo de articulação da significação, o percurso narrativo.

No texto “*Éléments d’une grammaire narrative*” (Greimas, 1970, p. 157-183), ele apresenta o percurso de geração do sentido – naturalmente sem lhe negar o caráter originário – subsumido às estruturas narrativas: numa escala de concreção e de amplitude, estas encontram-se mais próximas de uma articulação do que aquele e são mais amplas, mais ricas, do que ele. As estruturas narrativas substituem o processo de geração do sentido num dado ponto do processo de articulação deste, cuja meta última (que se traduz

numa maior articulação) é, naturalmente, a significação. Logo, o sentido é concebido por Greimas como originado num plano profundo cujo agir não produz diretamente o discurso dotado de significação articulado em enunciados. A articulação do sentido começa a vir à existência, a partir do material gerado nesse nível fundamental, a partir da intervenção das estruturas narrativas (que não podem prescindir do agir primeiro do vir-a-ser do sentido). A proposição desse nível intermediário entre a “imanência” e a “aparência” amplia sobremaneira o alcance do modelo de descrição do sentido proposto pela semiótica greimasiana. Greimas define a produção de discursos como a resultante de um percurso formado por duas etapas sucessivas: a primeira vai do início do processo de geração do sentido – da irrupção da faculdade humana de significar – à emergência das estruturas narrativas; a segunda, que constitui uma instância autônoma do percurso global do sentido – a significação, subsumindo a primeira, chega ao plano dos discursos significantes articulados em enunciados, que são por ela produzidos.

Desse modo, a semiótica greimasiana vai bem além dos modelos de análise que, no máximo, consideram o enunciado como objeto a ser levado em conta ao lado das palavras e de outras unidades, ou que veem o texto ou o discurso exclusivamente como um agregado de enunciados. Trata-se de propostas às quais falta o reconhecimento da “geratividade” do processo discursivo, e do fato de que só se pode falar de enunciados, no âmbito do discurso, enquanto totalidade dotada de significação. Esses elementos da proposta greimasiana permitem compreender melhor por que Greimas afirma que a expressão é a condição de existência do sentido: é a busca desta que, unindo-se à vocação humana para o significar, abre um horizonte em que o sentido pode revelar-se. E, seguindo esta linha de pensamento, percebe-se bem por que o sentido é considerado mais rico na superfície do que nos outros níveis; nestes, temos um texto em projeto de vir-a-ser, curvado sob o peso das restrições intrínsecas da semi-ose, ao passo que, na superfície, temos um texto que já veio-a-ser, realizou-se – sem, no entanto, deixar de ser um dinamismo que, de certo modo, sempre está se realizando.

O que, a princípio, pode se assemelhar a uma limitação, o fato de que, tendo-se realizado de uma dada maneira, o sentido parece descartar tantas outras possibilidades de realizar-se e, assim, se restringe em termos de suas possibilidades virtuais, mostra ser um ganho, visto que, tendo-se realizado em significação, o sentido, apesar de assim fixar uma dada maneira de ser, concretiza-se, determina-se, permitindo a reconstituição do seu vir-a-ser e, dado que se mantém sempre infenso a uma apreensão total, não impede que se levem em conta elementos pertinentes a outras possibilidades de realização às quais remete e

com as quais “dialoga”. Completando o percurso gerativo, o sentido cumpre então a dupla vocação que Greimas nele identifica: ser tomado como sentido articulado (significação) e como discurso sobre o sentido, ou seja, como uma maneira específica de desenvolver (parafraseando) todas as articulações concretizadas antes dele. O discurso exhibe, portanto, uma fenomenal complexidade, pois esse seu vir-a-ser envolve intrincados processos que, muito resumidamente, podem ser descritos como: (1) a ativação, a partir da faculdade humana de significar, do percurso de sua geração; (2) a ação das estruturas narrativas, que subsumem o percurso precedente e dão início ao processo de articulação dos discursos; e (3) o processo de “conversão”, que leva, a partir dos elementos e combinações obtidos, à conformação, à produção, do “discurso dotado de sentido articulado em enunciados” (Greimas, 1970, p. 159).

As estruturas narrativas mostram-se, assim, como uma estruturação segunda que subsume, incorporando-a, a estruturação primeira, o impulso de geração de sentido. O processo realizado pelas estruturas narrativas leva à articulação daquilo que se iniciou em estado pré-articulatório. Para Greimas, o sentido pressupõe sempre uma substância em busca de uma forma que a atualize; no plano humano, as estruturas narrativas constituem essa forma. Logo, a metalinguagem em termos greimasianos não poderia ser um universo assêmico (mesmo tratando exclusivamente de relações entre termos), nem “neutro” ou “sem sentido”, talvez mesmo por definição, já que o sentido, se for expulso das palavras, transfere-se, devido à tendência que Greimas denomina “substantivante”, para as relações. Além disso, a inscrição do sujeito no espaço relativamente autônomo do discurso, que de um lado poderia constituir-lo em “instância suprema do sentido”, em posição de ascendência sobre ele, ao mesmo tempo leva inevitavelmente esse sujeito a reconhecê-lo, a atestar a sua presença, ao transformar as relações em “substantivos”, isto é, em termos cujo sentido é preciso negar postulando-se novas relações e assim por diante (Greimas, 1970, p. 7-8).

Essa insistente onipresença do sentido mostra por que a proposta semiótica de Greimas é um projeto com vocação científica: a teoria semiótica não admite uma fixação “para sempre”; para ela, fixar-se é congelar-se. Assim como uma concepção estática de linguagem é inadequada porque não apreende o dinamismo desta, uma teoria semiótica “rígida” seria inadequada por não levar em conta as tantas metamorfoses do(s) seu(s) objeto(s). Como se poderia cernir um objeto tão fugidio, um “mestre do disfarce”, eternamente presente, ainda que sempre distante, em alguma camada do seu processo de (auto)criação, sem uma ciência em permanente fazer-se? O semioticista, afirma Greimas, está a meio caminho entre o filósofo e o matemático,

pois a sua é uma lógica de equivalências, não de identidades (lembremo-nos de Humboldt). Ele também assinala, como vimos, que o controle epistemológico do seu método é imperativo, visto que o seu objeto tem um dinamismo próprio e a descrição deste é, como ele, uma linguagem.

Nas palavras de Greimas – que num momento anterior disse ser ele “a possibilidade de transcodificação de significações” –, “o sentido, enquanto forma do sentido, pode ser então definido como a possibilidade de transformação do sentido” (1970, p. 15). A complexidade do sentido recebe assim o acréscimo, a esse seu caráter de processo-sistema em contínuo movimento, da duplicidade de sua manifestação, ou melhor, “presntificação”. Greimas afirma que o próprio sentido pode tomar a forma de sistema e de processo e que na verdade essas duas são na realidade uma só forma, tendo em vista que há entre sistema e processo uma mútua pressuposição. Eis um dos mais hjelmslevianos momentos de Greimas! Os imperativos epistemológicos, a que tem de atender a semiótica, também se fazem presentes na afirmação greimasiana de que “a linguagem da descrição é suscetível de uma nova descrição”. Isso porque também essa linguagem exhibe uma semiótica organizativa implícita que caberia explicitar, a não ser que se queira incorrer na improdutividade e considerar os “termos-objeto” como simples denominações. Temos então de levar em conta, no empreendimento semiótico greimasiano: (1) o objeto a descrever (uma linguagem-objeto); (2) a linguagem da descrição (uma meta-linguagem); (3) a descrição do objeto por meio da meta-linguagem (um discurso metalinguístico); (4) a linguagem que descreve a linguagem da descrição (uma meta-teoria).

O objeto a descrever é correlativo de um objeto do mundo, porém sua existência, como já preconizava Hjelmslev, advém da descrição, de sua definição pela teoria; esta, por sua vez, deve adequar-se a esse seu objeto, isto é, descrevê-lo nos termos de sua própria estrutura e do seu próprio funcionamento, o que é ao mesmo tempo uma maneira de atender às exigências feitas a uma descrição científica. A descrição do objeto a partir de sua construção metalinguística constituiria um (meta) discurso, visto que descreve uma linguagem, respeitando a sua especificidade, a partir de outra linguagem. A meta-teoria é o ponto limite: seu caráter *sui generis* adviria do fato de não haver nenhuma meta-semiótica capaz de descrevê-la. Postular uma meta-teoria que determina o valor da teoria da descrição semiótica é uma ação arbitrária (num sentido não-hjelmsleviano), exceto se dotarmos essa “linguagem” das características de um fechamento de sentido, de um, à falta de melhor termo, estancamento do sentido, da natureza de um sistema fechado, tornando-a de fato impenetrável a qualquer linguagem de descrição. Será isso possível? Poderíamos construir uma

espécie de “linguagem-sujeito” infensa à descrição por quaisquer outras linguagens? E, se pudermos fazê-lo, será ela compreensível? Ou estaremos condenados à regressão *ad infinitum*? Seria possível tentar construir um sistema semiótico fechado, cujas unidades mantenham relações exclusivamente intra-referentes (ou mesmo auto-referentes), mas nem assim se poderia evitar o sentido. Para quem se achasse no plano da linguagem-objeto e da linguagem da descrição, um tal sistema não permitiria determinar o valor da teoria, avaliá-la. A solução greimasiana para esse impasse, que pode não resolver definitivamente o problema, é engenhosa: Greimas propõe que se empregue uma *língua natural* para descrever o objeto e uma *língua artificial* para formular as condições teóricas dessa descrição, condições que procurariam determinar como descrever a linguagem-objeto nos termos de sua estrutura e de seu funcionamento. Essa proposição constitui um bom começo para os tantos caminhos que a semiótica greimasiana viria a trilhar.

Na “Introdução” de *Du Sens II*, Greimas, discorrendo sobre a semiótica, atribui-lhe as características de “fidelidade e mudança” e considera ser isso resultado da seguinte situação: “o objeto a construir determinou [...] em larga medida, o olhar do sujeito” (1983, p. 7). Fidelidade ao rigor na descrição, ao respeito às características do objeto; mudança nos recursos conceituais da descrição, efetuada a partir do próprio objeto, ao que se soma a inclusão de novos objetos (e, portanto, de novas descrições). Levado a descrever a “existência semiótica” a fim de definir o sujeito de modo não ontológico nem psicológico, algo imperativo para manter a coerência de suas propostas, Greimas, que valoriza a formulação mais rigorosa, afirma que, respeitando-se a proeminência da relação sobre os termos, pode-se dizer que basta a relação para definir o sujeito e o objeto um com respeito ao outro. Há entre esses termos uma relação de mútua implicação e, na realidade, o sujeito se definiria especificamente segundo a relação que mantém com o objeto ou com os valores que existem nos objetos com os quais ele está em relação de conjunção ou disjunção.

Estamos no domínio do esquema narrativo. O sujeito é semiótico e o objeto também o é. Mas essa descrição da relação S-O aplica-se igualmente ao relacionamento entre o modelo teórico-prático da semiótica e o objeto da descrição, relação que, dessa maneira, contém a definição do sujeito (a teoria e o fazer semióticos) a partir dos valores agregados ao objeto (o objeto da descrição). O agir semiótico, balizado na teoria e que sobre ela incide, gera a descrição do objeto; ele é a própria atividade de aplicação da teoria ao objeto para fins de descrição.

4. A alternativa greimasiana

Nesta nossa passagem pelas bases da obra de Greimas, vimos constantemente exemplos da proposição de conceitos feita de acordo com os princípios hjelmslevianos de só introduzir noções quando for imperativo, bem como de não introduzir noções cujos termos definitórios ainda não tenham sido determinados ou que não tenham sido propostas como indefiníveis. Permeia os trabalhos de Greimas, além disso, o esforço de prover a teoria e a descrição nela baseada da necessária adequação ao objeto. Sua linguagem de descrição, que, como diz Paul Perron, exibe uma “rigorosa conceptualização”, dispõe de mecanismos de interdefinição que lhe asseguram a coerência interna. A labuta greimasiana com o sentido busca sempre manter os princípios necessários a uma descrição objetiva, dentro do humanamente possível; vemo-lo, por exemplo, num exemplar trecho de “On Meaning”:

Em outras palavras, era necessário refletir sobre as condições mínimas do surgimento, da apreensão e/ou da produção do sentido. Isso levou à formulação da estrutura elementar da significação, que pode ser representada pelo que recebeu o nome de quadrado semiótico. Em consequência, o sentido foi definido antes de tudo como tradução ou transcodificação e, mais tarde, como orientação ou intencionalidade (Greimas, 1989, p. 539).

Nesse trecho, ao tratar da necessidade de chegar a um acordo com a questão do sentido enquanto estrutura, Greimas postula que o objeto a ser apreendido não tem seu estatuto definido *a priori*: ele pode ser algo que irrompe, algo que é percebido e cernido ou algo que se produz/é produzido, objeto que, de acordo com Greimas, foi visto inicialmente como tradução ou transcodificação (visão estática ou passiva) e depois como “orientação ou intencionalidade” (visão dinâmica ou ativa), que inclui, transcendendo-a, a visão estática. O “verdadeiro” objeto que se busca é a “estrutura elementar”, ou seja, a base mesma do sentido, a fim de traçar-lhe o percurso até a produção do sentido – tem destaque aqui a orientação ou intencionalidade, o que introduz o sujeito em posição de destaque. Essa procura do essencial, do mínimo elemento definidor, configura a *démarche* greimasiana como um prolongamento, greimasianamente modulado, das diretrizes hjelmslevianas.

Essa modulação altera, por vezes de modo radical, o que Hjelmslev propõe, mas seria possível dizer que, tal como o projeto da semiótica, a leitura greimasiana de Hjelmslev tem por características a fidelidade e a mudança. Fidelidade aos princípios hjelmslevianos e mudança dos procedimentos específicos, nos

termos dos objetos específicos considerados. A questão conceitual ocupa assim importante lugar na ótica greimasiana; ele destaca a coerência, a interdefinição dos conceitos, que devem sustentar-se mutuamente, o rigor descritivo. Nada disso impede, e em alguns casos até facilita, a amplitude dos horizontes e a grande capacidade analítica – inclusive, o que hoje se mostra ainda mais fervilhante, auto-analítica – da semiótica. Verifica-se que a “heresia” hjelmsleviana de introduzir o rigor científico no campo das chamadas ciências humanas tem em Greimas um “hereje” de escol, um pecador que, indo além do “heresiarca”, ampliou a noção de forma – que para ele é “o sentido do sentido” (Greimas, 1970, p. 17) – o conceito do sentido como estrutura, no campo da semiótica.

Pode-se assim dizer legitimamente que Greimas soube desde o início, já ao travar contato com o trabalho de Propp, identificar nos demais campos aquilo que, sem desvirtuar a semiótica, pudesse aumentar-lhe a capacidade descritiva e o alcance interpretativo, sendo esses elementos incorporados ao seu projeto de acordo com o procedimento acima descrito por Perron. Greimas procura manter, na formulação da teoria e na ação descritiva da semiótica, a inequivocidade dos conceitos e de sua significação, o emprego de uma linguagem isotópica na descrição e a construção de objetos homogêneos, sem jamais esquecer a abrangência!

Todo esse aparato se justifica; trata-se afinal de descrever o sentido, fluido e fugidio, onipresente mas sempre inapreensível, mesmo quando capturado. Por outro lado, se o sentido é inapreensível exceto enquanto significação, que dizer da realidade? Como afirmou Greimas em entrevista concedida a A. Zinna: “[...] o que faço é pôr entre parênteses o problema metafísico da natureza da realidade” (Zinna, 1986, p. 7). Isso quer dizer que, num dado momento, foi preciso fazer uma escolha entre definir o objeto em termos rigorosos a fim de viabilizar uma semiótica científica ou perder-se, ao respeitar o *Zeitgeist* vigente nos estudos da linguagem, em considerações “metafísicas” que a afastam do objeto e, assim, impossibilitam a própria existência daquela.

Às voltas com essa tarefa, Greimas reconhece a grande contribuição do legado hjelmsleviano à sua realização: “não começar pelos termos mas pelas relações” (Zinna, 1986, p. 9). Essencialmente hjelmsleviano, ele no entanto se pergunta se Hjelmslev não teria misturado muitos objetos, como no caso do jogo de xadrez, da álgebra e da balança como símbolo da justiça, semióticas que Greimas, ao contrário de Hjelmslev, considera diferentes entre si.

Se tivéssemos de resumir a proposição primacial da semiótica greimasiana a respeito do vir-a-ser da significação numa única frase, escolheríamos a seguinte: “o sentido se transforma em significação à medida que

é articulado” (Ruprecht, 1984, p. 10).

É tarefa da semiótica identificar esse processo de transformação a partir da descrição do sistema de articulação que lhe serve de base. Temos aqui todo o programa de descrição da semiose: de sua irrupção como sentido em estado bruto à sua “decodificação” como significação rica e sempre mutável, prenhe de vias, ou melhor, de veios, significantes. A descrição semiótica fica assim caracterizada como um entrecruzamento, e mesmo entrechoque, de percursos: percursos narrativos, percursos da semiose, percursos teóricos, percursos de percursos (narrativos), percursos meta-semióticos, percursos meta-teóricos.

Definidos em termos de transformações, de conversões, de convocações, assim como de transcodificações, por vezes indefiníveis, esses percursos instauram as próprias operações que incidem sobre sua estrutura nos vários momentos da marcha constante do processo de significação em busca da articulação do sentido, em sua jornada rumo a um nível cada vez mais “superficial” – e cada vez mais amplo!

Descrever as condições e operações de conversão do sentido em significação a partir das estruturas elementares da significação: eis as balizas, no plano do objeto, que regem o empreendimento greimasiano; interdefinição e adequação, somadas ao rigor: aqui temos, simplificada, os parâmetros teóricos seguidos por Greimas. Nas várias etapas que marcaram o desenvolvimento da semiótica, Greimas foi se aproximando sempre mais, simultaneamente, da riqueza da significação que se mostra na superfície e da riqueza sistemático-processual do nível elementar do vir-a-ser do sentido. Na (con)junção desses dois planos, ou do próprio percurso que a torna possível, ele partiu da “perfeição” advinda do rigor metodológico e alcançou a “imperfeição” do mergulho da teoria na teia agitada e fugidia do estético, do paradoxo que é o nascimento do sentido, inapreensível enquanto matéria bruta, como significação graças ao agir do cinzel empunhado por umas quantas estruturas formais e pela incidência de inúmeras e distintas paixões. Tal como Hjelmslev antes dele, ao final do percurso da imanência Greimas tem a pretensão de alcançar, num plano superior, o próprio transbordar da “transcendência” – com o pulular de todos os elementos díspares que lhe constituem a riqueza a partir de sua geratividade! ●

Referências

- Barros, Diana Luz Pessoa de
1988. *Teoria do discurso* – fundamentos semióticos. São Paulo: Atual Editora.
- Bertrand, Denis
1984. Narrativité et discursivité: points de repère et problématiques. *Actes Sémiotiques - Documents*. Paris: GRSL/EHESS, vol. VI, n. 59, p. 5-38.
- Fiorin, José Luiz
1995. Semântica estrutural: o discurso fundador. In: Oliveira, Ana Cláudia; Landowski, Eric. *Do inteligível ao sensível* – em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo, Educ, p. 17-42.
- Greimas, Algirdas Julien
1970. *Du sens* – essais sémiotiques. Paris: Éditions du Seuil.
- Greimas, Algirdas Julien
1973. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/Edusp.
- Greimas, Algirdas Julien
1983. *Du sens II* – essais sémiotiques. Paris: Éditions du Seuil.
- Greimas, Algirdas Julien
1989. On Meaning. *New Literary History*. USA, John Hopkins University, vol. 20, n. 3, p. 539-550.
- Hjelmslev, Louis
1971. *Essais linguistiques*. Paris: Minuit.
- Hjelmslev, Louis
1975. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- Hjelmslev, Louis
1985. *Nouveaux essais*. Paris: PUF.
- Husserl, Edmund
1981. Pure Phenomenology – Its Method and its Field of Investigation. In: Elliston, Frederick; McCormic, Peter. *Husserl: Shorter Works*, Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.
- Ruprecht, Hans-George
1984. Ouvertures métasémiotiques: entretien avec Algirdas Julien Greimas. *Recherches Sémiotiques/Semiotic Inquiry* (RSSI). Toronto, Canadian Semiotic Association, vol. 4, n. 1, p. 1-23.
- Zilberberg, Claude
1997. Sémiotique, épistémologie et négativité. In: Landowski, Eric. *Lire Greimas*. Limoges: PULIM, p. 121-142.
- Zinna, Alessandro
1986. Algirdas Julien Greimas – conversation. *Versus - quaderni di studi semiotici*, Milão, Bompiani, vol. 43, p. 41-57, Janeiro/Abril.

Dados para indexação em língua estrangeira

Sobral, Adail
Epistemological notes on Greimassian semiotics
Estudos Semióticos, vol. 5, n. 1 (2009)
ISSN 1980-4016

Abstract: *This paper intends to make a brief epistemological analysis of Greimas' "scientific project" in the course that goes from its "appearance" to its "immanence", that is, the modus operandi of his semiotics, aiming ultimately to examine the productivity of the Greimassian alternative for apprehending sense production processes. Therefore, it describes how Greimas articulated the two pillars of his theories: a linguistic theory that has in Hjelmslev one of its bases and a philosophical theory based on a specific reading of Husserl's phenomenology through Merleau-Ponty's reinterpretation. From the definition of the scientific method of Greimassian semiotics and the exploration of the relationship between Hjelmslev and Husserlian phenomenology, it examines some specific relations established by Greimas, presenting the pillars of his semiotics, on account of his foundation discourse and other works that served him as grounds for developing such theory. Finally, it examines some other relevant moments of Greimas' course in order to show that certain changes which his project underwent did not change the "fidelity" to the first principles as well as it proposes an evaluation of Greimassian semiotics from a discursive perspective.*

Keywords: *phenomenology, epistemology, Hjelmslev*

Como citar este artigo

Sobral, Adail. Considerações epistemológicas sobre a semiótica greimasiana. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>). Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 5, Número 1, São Paulo, junho de 2009, p. 63-74. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 26/11/2008

Data de sua aprovação: 24/03/2009
